

VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA PANDEMIA: A REPERCUSSÃO DOS GASTOS DO MINISTÉRIO DE DAMARES ALVES

GENDER VIOLENCE IN PANDEMIC: THE REPERCUSSION OF SPENDING ON DAMARES ALVES' MINISTRY

Maria Clara Aquino

Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente e Pesquisadora na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo/Porto Alegre/Brasil). E-mail: jaquino@unisinos.br.

Recebido em: 13 de outubro de 2023

Aprovado em: 12 de dezembro de 2023

Sistema de Avaliação: Double Blind Review

RPR | a. 21 | n. 1 | p. 77-99 | jan./jun. 2024

DOI: <https://doi.org/10.25112/rpr.v1.3588>

RESUMO

Em janeiro de 2021, a Ministra Damares Alves declarou no Twitter a execução de 98% do orçamento de 2020. Um levantamento realizado pelo coletivo Gênero e Número mostrou, no entanto, que apenas 53% do orçamento havia sido efetivamente gasto. Através de análise de conteúdo sobre matérias que repercutiram o caso e da análise de construção de sentidos sobre os comentários ao *tweet* da ministra, discutimos como a repercussão da notícia engloba questões sobre violência de gênero no jornalismo e quais as manifestações de sentido emergem nos comentários ao *tweet* da ministra. Também debatemos como práticas jornalísticas podem contribuir para o conhecimento da sociedade acerca da violência de gênero e suas dimensões e sobre como a pandemia agravou este problema desde os primeiros meses de 2020.

Palavras-chave: Violência de gênero. Jornalismo. *Twitter*. Pandemia

ABSTRACT

In January 2021, the Minister Damares Alves declared on Twitter that 98% of the 2020th budget had been executed. A survey carried out by the Gênero e Número collective showed, however, that only 53% of the budget had actually been spent. Through content analysis on matters that echoed the case and the analysis of the construction of meanings on the comments to the minister's *tweet*, we discuss how the repercussion of the news encompasses issues about gender-based violence in journalism and what manifestations of meaning emerge in the comments to the minister's *tweet*. We also debate how journalistic practices can contribute to society's knowledge about gender-based violence and its dimensions and how the pandemic has worsened this problem since the first months of 2020.

Keywords: Gender violence. Journalism. *Twitter*. Pandemic.

1 INTRODUÇÃO

Desastres naturais e crises de saúde possuem dimensões de gênero (Banh; Coehn; Rogers, 2020), e a pandemia de Covid-19 acentuou a questão (Boncori, 2020). Em março de 2020, quando a pandemia foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), as dinâmicas sociais foram reconfiguradas, gerando impactos negativos que afetaram diretamente mulheres e pessoas LGBTQIAPN+. No Brasil, a falta de políticas de enfrentamento à pandemia, a insuficiência do auxílio emergencial¹ e um discurso que misturava negacionismo com o desestímulo à imunização proferido pelo governo do presidente Jair Bolsonaro² levaram o país a atingir o número de mais de 194 mil mortos no primeiro ano da doença que se espalhou pelo mundo³.

Os primeiros meses após a declaração de pandemia pela OMS foram acentuando as desigualdades de gênero já existentes anteriormente (Who, 2020). A violência, nesse ambiente de dificuldades, se tornou mais um agravante. Ao mesmo tempo em que aumentava o número de feminicídios e de crimes contra LGBTQIAPN+s, como o transfeminicídio, entre outras agressões, as dificuldades de denúncia e registro desses crimes também aumentavam diante das restrições impostas pela pandemia (FBSP, 2020, 2021). As medidas de isolamento fizeram com que as vítimas tivessem que ficar em convivência com seus agressores por um período maior. O isolamento agravou situações de abuso e violência, muitas vezes impedindo um telefonema ou uma ida à delegacia ou um pedido de ajuda a alguém próximo (Kumar, 2020; Marques *et al.*, 2020).

Em janeiro de 2021, quase um ano após a declaração da pandemia pela OSM, a Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves comemorou no Twitter⁴ a execução de 98% do orçamento de 2020 destinado à pasta do ministério. Um levantamento realizado pelo Gênero e Número⁵ mostrou, no entanto, que apenas 53% desse orçamento havia sido efetivamente gasto. Neste artigo, através de uma análise de conteúdo sobre matérias que repercutiram o caso e da análise de construção de sentidos sobre os comentários ao *tweet* publicado pela ministra, discutimos como a repercussão da notícia engloba questões sobre violência de gênero pelo jornalismo e pelos públicos no Twitter. Também debatemos como as práticas jornalísticas podem contribuir para o conhecimento da sociedade (Meditsch, 1998)

¹ O Auxílio Emergencial é um programa do Governo Federal Brasileiro que teve início em abril de 2020 e terminou em 2021.

² Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55939354>. Acesso: 15 set. 2023.

³ Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/12/31/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-31-de-dezembro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>. Acesso: 15 set. 2023.

⁴ Disponível em: <https://twitter.com/DamaresAlves/status/1346877737064083460>. Acesso: 15 set. 2023.

⁵ Disponível em: <https://www.generonumero.media/>. Acesso: 15 set. 2023.

acerca da violência de gênero e suas dimensões, assim como a pandemia tem agravado esse problema desde os primeiros meses de 2020.

2. VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA MULHERES E PESSOAS LGBTQIAPN+

O Brasil ocupa os primeiros lugares no mundo no *ranking* de feminicídios e é também o país que mais mata pessoas trans e travestis (Benevides, 2023), sendo um dos países mais violentos para mulheres e LGBTQIAPN+s. A desigualdade de gênero é um dos principais agravantes dessas transgressões, e tem origem em uma estrutura social hierarquizada por gênero, sexualidade, raça e classe. O patriarcado é a base das relações em que o poder do homem, quando não é diretamente exercido por ele, é por agentes sociais que “asseguram a perfeita operação da bem azeitada máquina patriarcal” (Saffioti, 2001, p. 116).

A amplitude do conceito de violência de gênero abrange mulheres como vítimas, mas também homens, idosos, crianças e adolescentes de ambos os sexos (Saffioti, 2001). Nesta pesquisa, focamos em mulheres e pessoas LGBTQIAPN+s, vítimas de violência não só pelo fato de serem mulheres, mas também por causa de suas identidades de gênero ou sexualidade. O machismo e a homotransfobia são as materializações dessa violência, considerando a toda a estrutura da concepção masculinista que fundamenta a cultura ocidental. Na discussão sobre violência de gênero, entra-se no debate sobre gênero, que não fica só na dicotomia entre macho ou fêmea. A pedagogia da sexualidade (Louro, 1997), baseada em representações de masculino e feminino, que cria concepções de gênero e sexualidade e as reitera sistematicamente em diversas esferas da sociedade, como a família, a escola, a justiça e a mídia, reconhece determinadas identidades e nega outras. A norma, e as práticas, aceitas pela cultura ocidental, são as do homem, branco, hétero, cisgênero e rico. Dessa forma, o machismo e a homofobia aparecem quando indivíduos que, diante de outros que destoam desse padrão, manifestam através da violência, a intolerância com o que lhes é diferente.

Para além desse pensamento dicotômico, o conceito de gênero é flexibilizado (Scott, 1995; Louro, 1997; Butler, 2003). A identidade de gênero, de acordo com teorias feministas, é construída, e não algo dado, atribuído com o nascimento. É diferente do sexo, que é de natureza biológica, e que concerne ao órgão genital da pessoa. Já a sexualidade se trata da inclinação da pessoa no sentido afetivo e sexual, tratando sobre por qual tipo de gênero/sexo ela sente atração. No entendimento de Butler (2003), o gênero precisa ser assumido, através de um processo de construção que é histórico e social, através da construção de papéis, gostos, comportamentos e de disputas de poder. Não há, no entanto, como falar de gênero sem considerar um sistema de hierarquia que é composto por relações de poder.

Desde 2018, a violência de gênero contra mulheres e LGBTQIAPN+s vinha tendo como elemento complicador a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro e sua posterior eleição ao cargo de presidente do Brasil. Antes mesmo de ser candidato, os ataques já eram proferidos quando ainda deputado. Negros, mulheres e LGBTQIAPN+s foram as principais vítimas desses episódios durante o período eleitoral de 2018 (Silva; Silva, 2018). O cenário de crise instaurado em decorrência da pandemia de Covid-19 agravou ainda mais a situação de violência. A ocupação do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos pela Ministra Damares Alves e sua ampla defesa de pautas conservadoras por vezes dificultou as lutas de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+s, já fortemente atacados nas falas do ex-presidente. Em estudo anterior (Aquino, 2020) verificamos, através da análise de conteúdo e da análise de construção de sentidos em rede, nuances da fala de Bolsonaro sobre grupos minorizados e como esse discurso reverbera de modo negativo na vida dessas pessoas. No próximo item, tensionamos como a pandemia incide sobre a violência de gênero.

3 O AGRAVAMENTO DA VIOLÊNCIA NA PANDEMIA DE COVID-19

Com a redução do sistema de apoio social decorrente das medidas de isolamento impostas no início da pandemia, Kumar (2020) apontou o aumento dos casos de violência doméstica, indicando que as Nações Unidas e outras agências internacionais sugeriram aos governos que tomassem medidas adequadas para salvaguardar a saúde e os direitos humanos das mulheres. Essas medidas de isolamento e distanciamento social, ao mesmo tempo em que serviram para impedir a contaminação, impuseram às mulheres e pessoas LGBTQIAPN+s condições de vulnerabilidade. Relatórios de pesquisa de 2021, como o *Anuário de Segurança Pública* (Bueno; Lima, 2021) e o relatório *Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil* (Bueno et al., 2021), por exemplo, apontam que as violências sofridas ocorridas nesse período de quarentena aconteceram mais em casa e que os agressores foram pessoas próximas das vítimas. Quando em relacionamentos abusivos, devido às medidas de isolamento e distanciamento, as vítimas permaneceram por mais tempo com seus agressores, até na mesma casa. Situações de *stress*, perda de emprego, diminuição da renda, a perda de entes próximos pode gerar conflitos internos e ocasionar brigas e agressões. O distanciamento impede a busca de ajuda, já que em muitos casos as vítimas estão em casa com os agressores, impedidas de fazer uma ligação, pedir ajuda pela internet ou sair de casa para buscar auxílio. No entanto, a complexidade do impacto da pandemia na vida das mulheres e de pessoas LGBTQIAPN+s tem ainda outras implicações.

A pandemia trouxe repercussão no nível comunitário do modelo ecológico, na medida em que diminuiu a coesão social e o acesso aos serviços públicos e instituições que compõem a rede social dos indivíduos.

A busca por ajuda, proteção e alternativas ficou prejudicada devido à interrupção ou diminuição das atividades em igrejas, creches, escolas e serviços de proteção social, bem como pelo deslocamento das prioridades dos serviços de saúde para as ações voltadas à assistência aos pacientes com sintomas respiratórios e casos suspeitos e confirmados de Covid-19. Esses fatores contribuíram de modo a favorecer a manutenção e o agravamento das situações de violência já instaladas (Marques *et al.*, 2020).

As disparidades decorrentes das dimensões de gênero que decorreram em desastres naturais são elencadas por Bahn, Coehn e Rodgers (2020), entre elas o fato de que, na maioria dos países desenvolvidos, os trabalhadores de baixa renda em risco de desemprego são mulheres desproporcionalmente pertencentes a uma minoria, particularmente mulheres negras. No Brasil, elas foram as mais afetadas pela perda de emprego em 2020, segundo o relatório da Organização Internacional do Trabalho. “A pandemia exacerba uma desigualdade estrutural que já existe, e isso impacta na sensação de mais medo e despreparo em relação aos outros profissionais”, afirma Gabriela Lotta *et al.* (2020) em pesquisa realizada sobre perspectiva de gênero e raça dos profissionais da linha de frente ao combate à Covid-19. O estudo mostra como a pandemia atingiu mais as mulheres e as pessoas LGBTQIAPN+s não só através dos casos de contaminação pelo vírus, mas pelo impacto causado pela demanda de trabalho exigida desses profissionais.

Dados de pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2020) indicaram aumento de 22% nos casos de feminicídio no Brasil já nos primeiros meses da pandemia em 2020. Em 2021 (Bueno *et al.*, 2021), 61,8% das mulheres violentadas tiveram redução da renda familiar e 46,7% perderam o emprego. Uma em cada quatro (24%) das mulheres brasileiras com mais de 16 anos sofreram violência ou agressão. Em média, 17 milhões de mulheres sofreram violência baseada em gênero de 2020 a 2021.

Enquanto os dados sobre como a pandemia atinge as mulheres se mostravam problemáticos, a ausência de dados sobre a população LGBTQIAPN+ também era um problema. Essa questão prejudica a visibilidade sobre a situação de pessoas que já sofrem com o preconceito e as dificuldades de acesso à educação e emprego, por exemplo. Essa situação é exposta por grupos que denominamos de coletivos midiáticos (Aquino; Gonzatti; Rios, 2018), e que na pandemia passaram a investigar e expor a situação de grupos minorizados. O coletivo VoteLGBT (Diagnóstico, 2020) entrevistou 10.000 pessoas sobre as consequências da pandemia na população LGBTQIAPN+. A piora na saúde mental, o afastamento da rede de apoio e a falta da fonte de renda foram os principais impactos relatados nas respostas. Em 2021 (Diagnóstico, 2021), um novo levantamento feito pelo coletivo mostrou que o agravamento da vulnerabilidade financeira, a piora na saúde mental e o afastamento da rede de apoio e a insatisfação acentuada com o governo foram os maiores problemas dos LGBTQIAPN+.

Os levantamentos feitos pelo coletivo dão conta de parte dessa população. Como o próprio estudo relata, embora a amostra seja bastante superior à de pesquisas eleitorais, com mais de 10 mil respondentes, a dificuldade de acessar e abranger a diversidade da população LGBTQIAPN+ é um dos achados do estudo. Esta consideração já demonstra, de acordo com os autores da pesquisa, que alguns dos recortes mais vulneráveis da sigla LGBTQIAPN+ mostra como a sua exclusão da internet acontece em um dos espaços mais relevantes de trabalho, convívio e sociabilidade atuais. Em algumas regiões foi mais fácil de acessar as pessoas LGBTQIAPN+, enquanto em outras foi muito mais difícil. A interseccionalidade (Collins; Bilge, 2021), nesse sentido, foi um conceito chave na pesquisa, que ajudou a demarcar não só questões de gênero, mas também de raça, região e classe.

4 A COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A forma como os dados sobre a violência de gênero é exposta e dada a conhecer pela sociedade é uma das questões que mobiliza a escrita deste artigo. A maneira como o jornalismo aborda a temática de gênero (Leal e Antunes, 2018) e, conseqüentemente, de violência de gênero, implica na reflexão sobre o papel do jornalismo como um agente que coloca em circulação temas, conceitos e termos que estão no cotidiano de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+s que enfrentam a violência. E não só no contexto das vítimas dessas violências, mas na vivência de amigos, parentes e pessoas próximas à estas vítimas e potenciais vítimas, e que podem realizar a denúncia dos crimes. A importância de problematizar a violência de gênero em matérias, reportagens e demais conteúdos jornalísticos está na função de produzir conhecimento que tem o jornalismo (Meditich, 1998). Tornar os tópicos que circundam essa violência evidentes e lúcidos não só às vítimas, mas àqueles que podem tirá-las dessa situação de sofrimento é algo que vai além de tornar público o número de mortes ou agressões.

A subnotificação é um dos principais problemas no que tange à violência de gênero no Brasil (Ferreira; Moraes, 2020; Kind *et al.*, 2013). Com a pandemia, as vítimas se encontraram numa posição ainda mais difícil para fazer uma ocorrência. A responsabilização da vítima pela denúncia, agrava ainda mais a subnotificação dos crimes de violência de gênero no país. Dessa forma, a ampliação do conhecimento sobre as causas dos crimes e as formas de registrar um ocorrido são maneiras de instrumentalizar a sociedade para enfrentar o problema. As campanhas de conscientização são instrumentos que auxiliam nesse processo (Aquino, 2021), no entanto, o jornalismo tem uma função de ajudar no processo de cognição social (Meditich, 1998, p. 28), na medida em que auxilia na compreensão de aspectos da realidade que as demais instituições sociais e outros modos de conhecimento não são capazes de comunicar.

Em algumas pesquisas que analisam a cobertura jornalísticas sobre violência de gênero, percebe-se diferentes inconsistências e problemas no jornalismo que aborda o tema. A redução da complexidade e a ausência de elementos que evidenciem a predominância de valores culturais e patriarcais são pontos destacados por Leal, Carvalho e Antunes (2020), em uma pesquisa sobre modelos de cobertura. Belisário e Bianchi (2015) apontam o apelo emocional e excepcional da cobertura sobre violência de gênero, entendendo que esse tipo de cobertura não incentiva o desenvolvimento de reportagens sobre o assunto. O sensacionalismo é algo identificado em suas análises e destacado como uma característica que contribui para a naturalização da violência. Buzaccaro (2021), em análises sobre a cobertura realizada por mulheres jornalistas, avalia os esforços das profissionais para cobrir agendas do feminismo intersectorial, considerando as desigualdades de gênero em relação aos diferentes marcadores sociais. Mesmo assim, identifica a legitimação de poucas vozes e o silenciamento de alguns tipos de violência de gênero. O que se identifica dessas análises é que a violência contra mulheres e pessoas LGBTQIAPN+s é que para o jornalismo o tema interessa, geralmente, apenas como dados estatísticos e narrativa de sofrimento.

Como articulador de conceitos no campo midiático, o jornalismo tem uma função social e coletiva. “Da instância pedagógica cultural representada pela mídia, o jornalismo é um dos principais articuladores da produção dos saberes cotidianos que orientam a (e se orientam na) cultura” (Veiga da Silva, 2014, p. 56). A perspectiva é a de que o jornalismo é “um conhecimento social e cultural que ensina”. A violência de gênero, assim como outros temas abordados pelo jornalismo, aciona conceitos que demandam aprofundamento e explicações de dados e informação, bem como o acionamento de fontes que vão além da exposição de números e planilhas. Em casos como o analisado neste artigo a ignorância da imprensa para um dado tem potencial de invisibilizar uma informação que auxiliaria a cobrança das autoridades responsáveis pela implementação de políticas públicas em um momento de reforço do enfrentamento à violência de gênero. E é nessa vertente de reflexão que se coloca a necessidade de tensionar o papel da cobertura jornalística como produtora de conhecimento acerca de questões que provoquem os indivíduos a pensar sobre as dimensões da violência de gênero para além de números e estatísticas.

5 O CASO DO TWEET DE DAMARES ALVES

No dia 06 de janeiro de 2021, a ministra Damares Alves, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos publicou em sua conta no Twitter o seguinte *tweet*. Quando coletamos, o mesmo tinha 121 *replies*, 372 *retweets* e 2,447 *likes*.

Figura 1 – Tweet publicado por Damares Alves



Fonte: <https://twitter.com/DamaresAlves/status/1346877737064083460>

No dia 14 de janeiro o coletivo Gênero e Número publicou uma reportagem apontando que, apesar de ter divulgado que havia executado 98% do orçamento de 2020, o ministério de Damares havia gasto pouco mais da metade (53%) dos recursos da pasta no primeiro ano da pandemia. O texto, de caráter investigativo, traz dados do Portal da Transparência do Governo Federal, gráficos que especificam que parte dos valores foram empenhados. Isso significa que foram comprometidos, mas não efetivamente gastos. Uma planilha em Excel também é apresentada ao final da reportagem com todos os dados, retirados do portal.

5.1. MÉTODOS

Em estudos anteriores (Aquino, 2020; Malessa, 2019; Aquino, 2018) sobre a produção de sentidos, combinamos a análise de conteúdo (Bardin, 1977) do material jornalístico, com a análise de comentários em redes sociais sobre os *replies* aos *tweets* de Damares, através do método de análise de construção de sentido em redes digitais (Henn; Gonzatti; Esmitz, 2017). A aplicação dos métodos de modo conjunto

nos permitiu obter a diversidade de sentidos produzida pelos veículos e pelos indivíduos que comentam os conteúdos publicados.

A etapa de pré-análise do conteúdo (Bardin, 1977, p. 95) antecedeu a definição dos materiais empíricos, visando “tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise”. Como este artigo é parte de pesquisa mais abrangente, que investiga como o jornalismo aborda a violência de gênero e atua na circulação de conceitos que perpassam o tema, esta coleta é um recorte específico de materiais coletados periodicamente no projeto. Desde o início de 2020 investigamos abordagens jornalísticas sobre tópicos como identidade de gênero e sexualidade. A matéria produzida pelo Gênero e Número, que faz parte desse levantamento sobre coletivos, tem características que destacam como os gastos da pasta administrada pela Ministra Damares durante a pandemia impactaram as vidas de mulheres e LGBTQIAPN+s.

A análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), na fase de pré-análise, ainda permite a formulação de hipóteses para amparar a interpretação final dos resultados. Para verificar como a pandemia exacerbou aspectos da violência de gênero, avaliamos que o caso em questão permitiria identificar sentidos produzidos por parte da gestão pública, pelo jornalismo e pelos leitores. Dessa forma, nossas hipóteses são:

- a. A ministra expõe o gasto do recurso da pasta de forma a enaltecer os direitos humanos e os valores do conservadorismo, tornando a informação um acontecimento jornalístico;
- b. O *tweet* da ministra repercute de forma controversa entre seus seguidores, produzindo sentidos que divergem entre si;
- c. A reportagem feita pelo coletivo midiático Gênero e Número, ao expor em detalhes as informações dos recursos, discute o impacto da informação na vida de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+s.

Para analisar os sentidos produzidos pelas audiências, diante da ausência de comentários nas publicações feitas pelo Gênero e Número em suas redes sociais (Twitter e Facebook) fomos aos *replies* feitos ao *tweet* da ministra. A análise de construção de sentidos em redes tem como primeira etapa o mapeamento, que nesse caso deu-se pela coleta do *tweet* e dos *replies*. Após a coleta, organizamos os comentários em categorias de sentido, para depois realizar inferências a partir das categorias encontradas a partir da análise.

5.2. ANÁLISE E DISCUSSÃO

Sobre a primeira hipótese, a publicação do *tweet* da Ministra não teve repercussão imediata na imprensa brasileira. O conteúdo do *tweet*, embora tenha características de acontecimento jornalístico

(Benetti, 2010; Henn, 2011; Quéré, 2005), por abordar como o dinheiro público foi investido, não repercutiu imediatamente. A informação publicada por Damares aparece em uma notícia no site do governo federal, publicada no dia 30 de dezembro de 2020, e que foi atualizada no mesmo dia em que Damares publicou o *tweet*, no dia 06 de janeiro de 2021. Fizemos uma busca por notícias que abordassem o fato, e encontramos duas matérias. Ambas, uma no dia 27 de janeiro e outra no dia 25 de fevereiro, reproduzem o conteúdo da reportagem do Gênero e Número.

Por não ter repercutido na imprensa, não significa que a publicação do *tweet* de Damares não seja relevante, pelo contrário. É sintomático que esse tipo de informação não tenha ecoado na imprensa nacional, ainda mais no contexto em que o mundo enfrenta uma pandemia. Como destacado (Kumar, 2020), o aumento dos casos de violência no último ano (FBSP, 2020; Bueno; Lima, 2021; Bueno *et al.*, 2021) demanda uma série de medidas que, obviamente requerem investimento por parte do governo para o enfrentamento do problema. A mensagem publicada por Damares exalta a defesa dos direitos garantidos pela Constituição e o propósito de avançar na pauta dos valores, do conservadorismo, e dos direitos humanos, ainda que os resultados efetivos não sejam coerentes com as demandas das pessoas às quais sua pasta deve atender. Quando ela diz que 98% do orçamento de 2020 foi executado, deixa de explicar aos seus seguidores como o recurso foi efetivamente empregado, já que há uma diferença entre o que foi empenhado e efetivamente gasto. É aí que o jornalismo precisa estar atento para identificar uma notícia que afeta não só grupos que já são considerados minorizados, mas que na situação de pandemia sofrem ainda mais as consequências da crise (Marques *et al.*, 2020).

Damares apresenta um dado no *tweet* sobre a gestão dos recursos da pasta que pode ser contestado pelo jornalismo através de fontes que são de livre acesso, como de fato são posteriormente acessadas e contestadas - através do portal da transparência, pelo Gênero e Número. Qualquer cidadão tem acesso a estes dados. Porém, são dados que requerem apuração, análise e cruzamentos, que demandam um conhecimento que o jornalista detém e é capaz de construir, através da apuração e da construção jornalística, uma notícia. Dessa forma, o jornalismo pode levar a informação sobre este acontecimento para a sociedade (Benetti 2010; Henn, 2011; Quéré, 2005), gerando visibilidade e conhecimento (Meditsch, 1998) sobre o fato e possibilitando a cobrança sobre o efetivo gasto dos recursos.

As reações ao *tweet* de Damares revelam uma diversidade de sentidos sobre a informação divulgada pela ministra no *tweet* e sobre outras questões trazidas pelas pessoas que responderam à publicação, o que confirma nossa segunda hipótese. Nossa análise das 121 respostas identificou seis categorias de sentidos nos comentários.

Quadro 1: categorias de sentido dos comentários ao tweet de Damares Alves

Categoria de sentido	Breve definição
Questionamentos	Questionam a ministra sobre os direitos humanos de idosos, de outras parcelas da população entre outras perguntas. Comentários que colocam em dúvida as ações do ministério, questionando situações de precariedade, o cumprimento da Constituição e se houve mesmo avanço através do que o governo federal tem feito.
Oswaldo Eustáquio	Perguntam por Oswaldo Eustáquio, querem saber se os direitos humanos também servem para ele, quais medidas estão sendo tomadas no caso do jornalista, apoiador de Bolsonaro, que foi preso.
Pandemia	Questionamentos e cobranças sobre a vacina da Covid-19 para os brasileiros.
Violência de gênero	Violência contra a mulher é a principal questão levantada em comentários que questionam como enfrentar este problema.
Ataques, críticas, opiniões	Acusações de que a informação é mentira, agressões verbais e xingamentos à Damares, à Bolsonaro, críticas ao governo federal.
Elogios, mensagens de apoio	Mensagens de parabéns pelo trabalho, de apoio à candidatura de Bolsonaro nas próximas eleições presidenciais, emojis de aplausos.

Fonte: Elaborado pela autora

Nas manifestações à publicação de Damares, identificamos questões que extrapolam estes tópicos. Um dos primeiros tópicos que desponta nos comentários são os questionamentos sobre a situação de parcelas da população como idosos, aposentados, vítimas de diferentes tipos de violência, entre outras. São perguntas para a ministra, em tom de ironia, sobre como os direitos humanos podem avançar diante de tantas situações problemáticas no país, sobre o alto número de impostos, o aumento da violência, os abusos do Judiciário etc. Nessa categoria, os comentários contestam a fala da ministra, apontando dificuldades que enfrentam e as entendem como violação aos direitos humanos.

Desponta nos comentários uma categoria que traz para a *thread* uma situação que transcorria naquele período. O jornalista Oswaldo Eustáquio, apoiador de Bolsonaro, foi preso no dia 18 de dezembro de 2020, e cumpria prisão domiciliar desde janeiro de 2021. Ele era investigado no inquérito sobre o financiamento de atos com pautas contrárias ao Congresso Nacional e ao STF (Supremo Tribunal Federal). Vários questionamentos sobre a situação de Eustáquio, perguntando sobre direitos humanos, condições na prisão, pessoas querendo saber o desenrolar do caso do jornalista, porque ele estava sendo impedido

de ver a família, mas principalmente contestando o *tweet* da ministra sobre os direitos humanos do jornalista preso.

O tom de ironia dos questionamentos das categorias anteriores também aparece nos comentários daqueles que cobram vacinas e ações de combate à pandemia de Covid-19. Alguns comentários demonstram indignação com a realidade do país diante da falta de vacinas e outros carregam tom acusatório contra o governo federal pela morte de pessoas que não tiveram acesso à vacina e tratamento adequados.

Uma categoria na qual enquadramos os comentários referentes à violência de gênero reúne manifestações sobre situações específicas em que são mencionados casos em que denúncias de violência contra a mulher não foram atendidos ou solucionados; a necessidade de programas para a violência doméstica; assim como outros que contestam leis que visam proteger a mulher, como a proposta de legislação de combate à violência política contra mulheres, ainda em análise pelo Senado, para impedir os ataques e agressões à candidatas.

Ataques e críticas são comentários que misturam as acusações sobre o conteúdo do *post* de Damares ser mentiroso com agressões verbais à sua pessoa. “É tanta mentira”; “Só pode ser piada”; “MENTIRA” são respostas que, junto com outros comentários sobre outras pessoas estarem em situação de miséria e o aumento do valor do gás, entoam um coro de pessoas que criticam Damares e outros governantes. Alguns comentários são feitos em tom de ironia como este: “Rindo aqui até 2047. Todo mundo dopado só pode. Meu pai do céu. Isto tudo acontecendo e a tia na praça dando milho aos pombos.” e “Minha Sra. isso não menos que sua obrigação! Estou vestindo uma camiseta rosa e ouvindo ROCK. Um Feliz Ano Novo”.

As críticas ganham o caráter de ataque, com adjetivos que se referem à pessoa de Damares. “Sua velha maldita mentirosa não apoio o décimo quarto, sua vaca”; “Vc é um ultraje ao nosso povo, uma mulher desprezível, jihadista evangélica”; “Essa ministra é a mais esquizofrenica de tOdos. Será toma gardenal?”; “A senhora é o capeta com asas, não vejo a hora de chegar 2022 e vcs sumirem....”. Nesta categoria o conteúdo do *post* é ignorado e a ministra é o alvo daqueles que comentam.

Opiniões de apoio parabenizam o trabalho de Damares. Algumas também elogiam o presidente, utilizando a palavra “mito” e outras manifestam o apoio com *gifs* e emojis de palmas e bandeiras do Brasil. Um comentário parabeniza e questiona um estudo sobre a cloroquina, trazendo novamente o tema da pandemia.

Situações do cotidiano da época se misturam aos comentários feitos ao *tweet*. A pandemia é uma categoria que se destaca diante da situação que perdura no mundo desde o início de 2020 e os comentários variam entre pedidos de vacina e acusações de culpa pelos mortos. O caso de Oswaldo Eustáquio

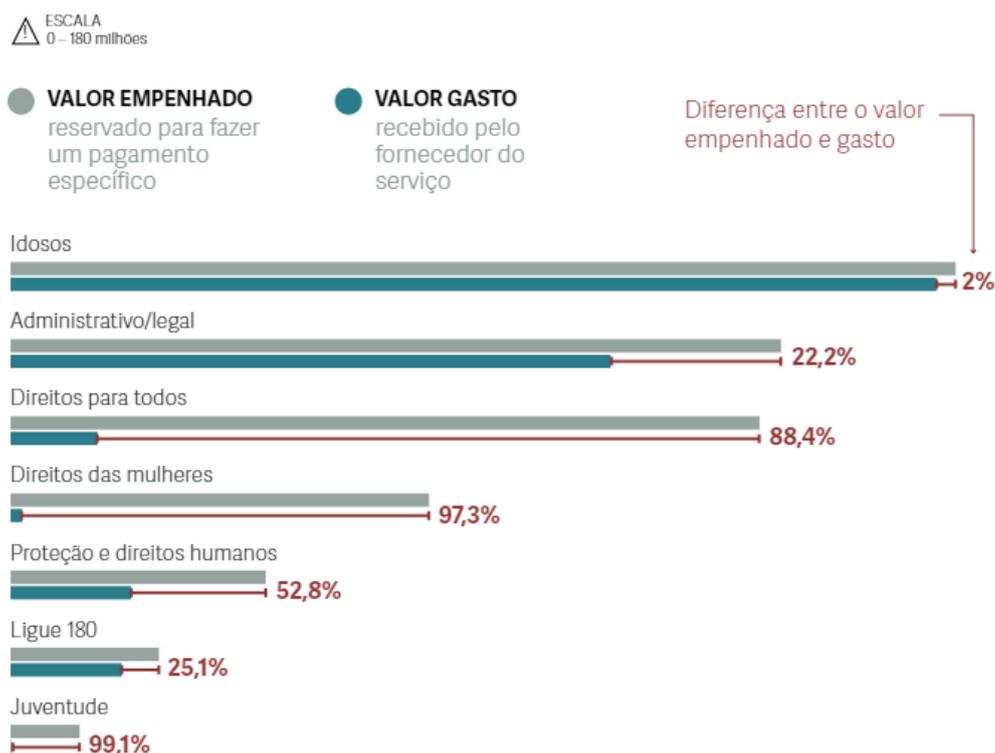
provavelmente apareceu por conta de Damares ser a ministra dos Direitos Humanos, questões que perpassam o caso do jornalista. Críticas e ataques misturam ironia e os questionamentos são inúmeros, na medida em que o contexto do país é incerto. O que chama a atenção nas categorias encontradas são os ataques desferidos contra Damares no que tange à sua figura pessoal. Agredida verbalmente, chamada de “velha”, “esquizofrênica”, “vaca”, “capeta com asas”, entre outros xingamentos, a ministra é atacada com ódio por alguns seguidores. Enquanto a violência de gênero aparece como categoria por ser cobrada para ser enfrentada e combatida pelo ministério de Damares, em outro momento ela é manifestada pelos seus próprios seguidores, que a seguem, como *haters*, pois a odeiam tanto a ponto de segui-la para xingá-la e expor através de ofensas pessoais, de gênero, sobre sua idade, por exemplo, o quanto a odeiam. A divergência de sentidos aparece com mais evidência nessas duas categorias, de ataques e críticas e de apoio.

Sobre a terceira hipótese, a reportagem publicada por Lola Ferreira no dia 14 de janeiro de 2021, oito dias após o *tweet* de Damares, destaca, no título, que o Ministério gastou pouco em 2020, impactando a vida de mulheres e LGBTQIAPN+ e gerando temor sobre o futuro da pasta. É uma reportagem que amplia o que está exposto no texto divulgado no site do governo federal no penúltimo dia de 2020. Logo no início da reportagem, Lola destaca que “O índice de 98% do orçamento executado se refere aos R\$ 617 milhões empenhados, que são os valores comprometidos, mas não efetivamente gastos.” Na matéria que foi publicada ainda em 2020 no site do governo há a seguinte afirmação: “As ações finalísticas do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) tiveram 98% de execução em 2020. Ao todo, já foram empenhados mais R\$ 626 milhões dos R\$ 641 milhões autorizados para iniciativas que impactam diretamente na vida dos mais vulneráveis no país.” A diferença entre o que significa valor empenhado e valor executado não é explicada no *tweet* de Damares nem na matéria no site do governo federal. A reportagem no Gênero e Número expõe essa diferença e detalha o que foi e o que não foi efetivamente aplicado do recurso.

Valores empenhados são os valores comprometidos do recurso destinado à pasta, apenas reservados para um pagamento específico. Valores executados são parte do dinheiro que foi gasta de fato, com a realização de pagamentos feitos para fornecedores de serviços. Na reportagem de Lola Ferreira os números revelam como os valores empenhados são superiores ao que foi realmente executado. Um esquema visual (fig. 2 e fig. 3) aponta as diferenças e mostra como cada área de atuação foi impactada.

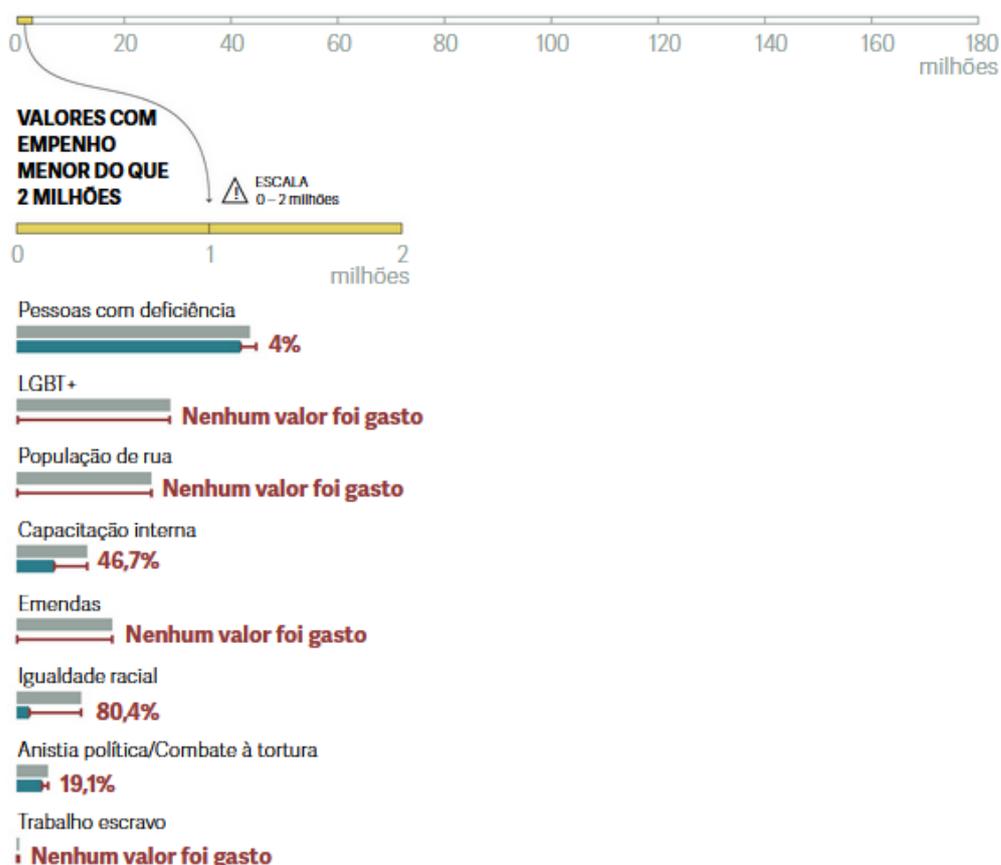
Figura 2 – Esquema visual do Gênero e Número

VALORES COM MAIORES EMPENHOS



Fonte: <http://www.generonumero.media/orcamento-damarea-2020-mulheres-LGBT/>

Figura 3 – Continuação do esquema visual do Gênero e Número



FONTE PORTAL DA TRANSPARÊNCIA



Fonte: <http://www.generonumero.media/orcamento-damares-2020-mulheres-LGBT/>

Além do detalhamento visual, a matéria explica as consequências da baixa execução orçamentária: desmonte do ministério dedicado às mulheres; foco em políticas que na prática não surtem efeitos; esquecimento dos LGBTQIAPN+s; falta de diálogo com movimentos sociais; minimização de questões LGBTQIAPN+s; falta de recursos para negros e indígenas. A reportagem traz como fontes, além dos dados do Portal da Transparência, a Fundação do Banco do Brasil (FBB), organização parceira do Ministério que repassa os valores para as instituições beneficiadas, Jeane Xaud, defensora pública que participa do grupo gestor da Casa da Mulher Brasileira em Boa Vista (RR) e Léo Ribas, ativista do movimento LGBTQ+.

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos a jornalista tentou falar, porém obteve apenas a informação de que os recursos foram executados, sem explicação de porque os valores empenhados são tão altos diante dos valores executados serem tão baixos.

A diversidade de fontes permite que Lola explore os números do Portal da Transparência com outras falas, que apontam como as políticas públicas para as mulheres vinham sendo pouco implementadas, exemplificando que o governo da época se apropriava da pauta feminista ao incentivar leis punitivistas sem incentivar a educação. Uma questão amplamente debatida é a necessidade de reforçar a educação sobre gênero (Louro, 1997). No *tweet* de Damares, o conservadorismo disputa espaço com toda uma agenda feminista que discute as questões de gênero a partir das relações de poder, e nesse sentido a educação sobre gênero é fundamental para gerar conhecimento acerca dessas relações. A defensora também destaca o baixo número de Casas da Mulher Brasileira e a má administração de outras. Léo Ribas é articuladora da Liga Brasileira de Lésbicas no Paraná e da Rede Nacional de Ativistas e Pesquisadoras Lésbicas e Bissexuais. Antes, foi conselheira nacional do Conselho Nacional Combate à Discriminação LGBT+ nos governos Lula e Dilma. Ela diz que a minimização que o presidente Bolsonaro faz da parcela LGBT+ dificulta as pautas dessas pessoas e enfatiza o agravamento que a pandemia provocou, principalmente na saúde mental, o que vimos através das pesquisas do coletivo Vote LGBT (2020, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de notícias sobre casos como este faz com que a ausência de investimento em políticas públicas para o enfrentamento da violência de gênero seja uma pauta invisibilizada para a sociedade. Desconhecendo a diferença entre o que há disponível e o que foi efetivamente gasto com grupos minorizados e estigmatizados, a sociedade fica com uma percepção equivocada sobre a gestão de um ministério. Por mais que o Portal da Transparência disponibilize os dados sobre como os ministérios investem os recursos, a média de acessos do portal é baixa diante do número de pessoas que deveriam saber para onde está indo e como está sendo empregado este dinheiro. A notícia sobre o pouco gasto e o quanto poderia ter sido direcionado ao enfrentamento à violência de gênero durante a pandemia precisa ser amplamente divulgada, noticiada em outros veículos da imprensa nacional, e com detalhamento. É do jornalista a tarefa de apurar o dado, transformá-lo em informação e torná-lo de interesse público. Pois é isso que este caso retrata: o interesse público que o *tweet* de Damares carrega ao trazer como fato a informação de que apenas pouco mais da metade do orçamento de sua pasta foi gasto em 2020, um ano em que mulheres e LGBTQIAPN+s sofreram com o aumento da violência (FBSP, 2020; Bueno *et al.* 2021; Diagnóstico, 2020, 2021).

Em nenhum momento Damares responde aos comentários. Os questionamentos que são feitos ficam sem resposta no perfil da ministra. A discussão sobre direitos humanos é atravessada por cobranças sobre situações de violência e outros tópicos que ferem a dignidade humana, ao mesmo tempo em que a ministra também é agredida. O espaço de conversa, diálogo e debate se transforma em uma espécie de mural de recados, onde cada um deixa a sua mensagem, mas sem qualquer aproveitamento da característica de interatividade possibilitada pela plataforma. O tema do *tweet* é quase ignorado, se não fosse a reportagem de Lola Ferreira.

Nos relatórios produzidos pelo Coletivo VoteLGBT um dos pontos que chama a atenção é a situação de vulnerabilidade que os entrevistados relataram chegar durante a pandemia. Perda de emprego, fome, falta de dinheiro para o pagamento das contas de recursos básicos como luz, gás e água foram relatados. As pesquisas apontadas aqui indicam o quanto a pandemia foi diferente para homens e mulheres. Os marcadores de gênero, classe, raça, sexualidade, entre outros são apontados em diferentes relatórios que mostram que, apesar de ser uma crise que afeta a todos, esse impacto é diferente para cada indivíduo. Porém quem são estes afetados e afetadas? Qual a cor dessas pessoas? Por que as pessoas negras foram as que mais perderam os empregos? As perguntas são muitas, porém ficam restritas aos relatórios, sendo pouco exploradas no âmbito do jornalismo, sem chegar a um nível de aprofundamento que promova o debate público.

A reportagem do coletivo Gênero e Número investiga a publicação de Damares, cumprindo o papel jornalístico. Replicada por dois outros veículos, o conteúdo da notícia não gerou mais repercussão, mas carrega aspectos importantes para a reflexão sobre a violência de gênero e sobre como a falta de investimento pode prejudicar os grupos minorizados e estigmatizados. Os recursos visuais, os números apresentados e as fontes utilizadas na reportagem de Lola Ferreira evidenciam as dificuldades agravadas com a pandemia e as consequências dos recursos que não são empregados. Esse detalhamento, feito através da exploração dos dados do Portal da Transparência, fornece aos leitores conhecimento sobre a situação dos afetados pela má gestão do ministério e pelo tema da violência da gênero.

Além disso, o conhecimento sobre esse tipo de fato faz com que se amplie a visibilidade sobre a incompetência e a gerência inadequada dos recursos durante a pandemia. Acontecimentos como este demandam do jornalismo um compromisso que garanta a noticiabilidade do fato para que a cobrança por políticas públicas possa ser realizada. Na conjuntura de crise sanitária, em que diversos dados apontam o agravamento de problemas como a violência doméstica, de gênero e muitos outros problemas intensificados pela pandemia, a transparência sobre o uso dos recursos públicos é um fator que fortalece a sociedade na luta pelos direitos básicos e essenciais.

Este caso é um entre outros que demandam do jornalismo investigação e aprofundamento sobre a violência de gênero e a importância de aprofundar suas dimensões para ampliar o conhecimento dos leitores sobre o tema. Como já dito, este artigo é parte de um projeto que tem como objetivo estudar como práticas jornalísticas podem cumprir com este objetivo. Esta análise teve como objetivo avaliar este caso diante da gravidade da situação atual, no âmbito da pandemia de Covid-19. Esperamos seguir contribuindo com a pesquisa sobre o tema nos próximos estudos.

REFERÊNCIAS

AQUINO B.; M. C.; GONZATTI, C.; RIOS, T. A midiatização do ativismo e os elementos constitutivos e de análise do conceito de coletivo midiático. **Cadernos de Comunicação**. V. 22. N. 1., 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/article/view/26515>. Acesso em: 23 out. 2023.

AQUINO B. M. C. A construção da figura política de Bolsonaro no El País: um exercício metodológico para análise de produção de sentido no jornalismo. **Revista Galáxia**. N. 43. 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/galaxia/article/view/43054>. Acesso em: 23 out. 2023.

AQUINO, M. C. Violência de gênero e violência sexual em abordagens jornalísticas para ampliação do conhecimento. **Estudos de Jornalismo e Mídia**. V. 18, n. 1. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/75246>. Acesso em: 23 out. 2023.

BAHN, K.; COEHN, J.; RODGERS, Y. M. A feminist perspective on COVID-19 and the value of care work globally. In: **Gender, work & organization**. Vol. 27, issue: 5. 2020. P. 695-699. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/gwao.12459>. Acesso em: 15 set. 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70. 1977.

BELISÁRIO, K. M.; BIACHI, M. M. **A cobertura jornalística da violência contra as mulheres: denúncia ou "naturalização"**. 2015. XXIV Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. ISSN: 2236-4285 Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/artigocomp%C3%93s2015_2851.pdf. Acesso em: 15 set. 2023.

BENETTI, M. O jornalismo como acontecimento. In: BENETTI, M.; FONSECA, V. **Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010. P. 143-164.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022** / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 18 set. 2023.

BONCORI, I. The never-ending shift: a feminist reflection on living and organizing academic lives during the coronavirus pandemic. In: **Gender, work & organization**. Vol. 27, issue: 5. 2020. pp. 677-682. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/gwao.12451>. Acesso em: 23 out. 2023.

BUENO, S.; LIMA, R. S. **Anuário de Segurança Pública**. 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.

BUENO, S. A.; MARTINS, J.; PIMENTEL, A.; LAGRECA, A.; BARROS, B.; LIMA, R. S. **Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 3ª edição. 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUZACCARO, L. **“Não é ativismo, é jornalismo”**: os feminismos do Projeto Celina nas narrativas sobre violência de gênero. 2021. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. p. 227. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/9760/Lu%c3%adza%20Buzzacaro%20Barcellos_.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 23 out. 2023.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Editora Boitempo: São Paulo, 2021.

DIAGNÓSTICO LGBTQ+ na Pandemia. **Desafios da comunidade LGBTQ+ no contexto de isolamento social em enfrentamento à pandemia de Coronavírus**. 2020. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/5b310b91af2096e89a5bc1f5/t/5ef78351fb8ae15cc0e0b5a3/1593279420604/%5Bvote+lgbt+%2B+box1824%5D+diagno%CC%81stico+LGBT%2B+na+pandemia_completo.pdf. Acesso: 23 out. 2023.

DIAGNÓSTICO LGBTQ+ na Pandemia. **Desafios da comunidade LGBTQ+ no contexto de continuidade do isolamento social em enfrentamento à pandemia de Coronavírus**. 2021. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/5b310b91af2096e89a5bc1f5/t/60db6a3e00bb0444cdf6e8b4/1624992334>

484/%5Bvote%2Blgbt%2B%2B%2Bbox1824%5D%2Bdiagno%CC%81stico%2BLGBT%2B2021+b+%281%29.pdf. Acesso em: 23 out. 2023.

FERREIRA, I. A.; MORAES, S. S. Subnotificação e Lei Maria da Penha: o registro como instrumento para o enfrentamento dos casos de violência doméstica contra mulher considerando o anuário brasileiro de segurança pública. 2019. **O Público e o Privado**. v. 18 n. 37. Set/dez 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/4108>. Acesso em: 15 set. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO de Segurança Pública. **Violência Doméstica Durante a Pandemia. Violência Doméstica durante a Pandemia de Covid-19**. Parceria Decode. 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf>. Acesso em: 23 out. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO de Segurança Pública. **Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil – 3ª edição**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>. Acesso em: 23 out. 2023.

HENN, R. Acontecimento em rede: crises e processos. In LEAL, B., ANTUNES, E.; E VAZ, P. (org), **Jornalismo e Acontecimento: Percursos Metodológicos**. Florianópolis: Insular, 2011. P. 79-96

HENN, R.; GONZATTI, C.; ESMITIZ, F. Pussy made of steel: os sentidos inaugurados por um cartaz da Women's March na página Supergirl Brasil. **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, v. 19, n. 3, p. 401-414, set./dez. 2017.

KUMAR, A. Covid-19 and Domestic Violence: a possible public health crisis. In: **Journal of Health Management**. Vol. 22 Issue 2. P. 192-196. 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0972063420932765>. Acesso em: 15 set. 2023.

LEAL B. S.; DE CARVALHO, C. A.; ANTUNES, E. Violence against Brazilian women in public and mediatic spheres. **Comunicar**, v. 26, p. 19-27, 2018.

LOTTA, G.; FERNANDES, M.; MAGRI, G.; MELLO, C. A. C.; TAVARES, D. L. C.; HADDAD, J. P.; CORRÊA, M. G.; ROCHA, M.; PORTO, P.; SCHALL, B.; WENHAM, C.; PIMENTA, D. N. **A Pandemia de COVID-19 e (os) as profissionais de saúde pública: uma perspectiva de gênero e raça sobre a linha de frente**. Gender & Covid-19; Instituto René Rachou Fiocruz Minas e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Fundação Getúlio Vargas, 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal>.

fiocruz.br/files/documentos/a-pandemia-de-covid-19-e-osas-profissionais-de-saude-publica-uma-perspectiva-de-genero-e-raca-sobre-a-linha-de-frente.pdf. Acesso em: 15 set. 2023.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MALESSA, F. **Disputas de sentidos sobre direito ao aborto no campo problemático do acontecimento público: A primavera das mulheres e o cavalo de troia**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2019. 228p. Disponível em: <http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/8703>. Acesso em: 23 out. 2023.

MARQUES, E. S.; MORAES, C. L. HASSELMANN, M. H.; DESLANDES, S. F.; REICHENHEIM, M. E. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela Covid-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**. 36 (4) Abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2020.v36n4/e00074420/>. Acesso em: 15 set. 2023.

MEDITSCH, E. Jornalismo como forma de conhecimento. **Revista Brasileira da Comunicação**, São Paulo, Vol. XXI, nº 1, págs. 25-38, janeiro/junho, 1998.

QUÉRÉ, L. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos – Revista de Comunicação, Cultura e Educação**. Lisboa, nº 6, 2005, p. 59-76.

SAFFIOTI, H. I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Dossiê Feminismo em questão, Questões do feminismo. **Cadernos Pagu**. N. 16, 2001. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644541>. Acesso em: 23 out. 2023.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, 20 (2), jul/dez, 1995.

SILVA, L.B.; SILVA, B.C. **O discurso de Jair Bolsonaro: as convicções de um presidenciável e os reflexos na vida das mulheres**. Trabalho apresentado no VII Colóquio Semiótica das Mídias. ISSN: 2317-9147. 2018. Disponível em: http://www.ciseco.org.br/images/coloquio/csm7/CSM7_LeticiaBeatriz.pdf. Acesso em: 23 out. 2023.

VOTELGBT+. – **Diagnóstico LGBT++ na Pandemia**. Desafios da comunidade LGBT++ no contexto de isolamento social em enfrentamento à pandemia de Coronavírus. Colaboração Box1824. Jun. 2020. Disponível em: <https://votelgbt.org/pesquisas>. Acesso em: 15 set. 2023.

VEIGA DA SILVA, M. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias.**

Florianópolis: Insular, 2014.

WHO – **World Health Organization.** 2020. Disponível em: <https://www.who.int/reproductivehealth/publications/emergencies/COVID-19-VAW-full-text.pdf?ua=1>. Acesso: 15 set. 2023.